



SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO: UMA ANÁLISE À LUZ DA FORMAÇÃO NACIONAL

Eixo 6: Capitalismo contemporâneo, desenvolvimento econômico e pobreza

THIAGO MARQUES MANDARINO¹

RESUMO: O presente artigo parte do pressuposto que, mais do que resposta automática à drenagem de excedentes para o exterior, a “superexploração” do trabalho é resultado, de um lado, dos padrões de dominação externa aos quais a periferia é submetida e suas transformações ao longo do tempo. De outro, da forma como se desdobra a formação nacional frente a isso, mais especificamente, as particularidades do desenvolvimento do capitalismo periférico, da constituição das classes sociais, do mercado de força de trabalho e da dinâmica da luta de classes no país. O objetivo da discussão proposta é apreender, levando em consideração a relação exposta acima, as raízes da superexploração da força de trabalho no Brasil.

Palavras-Chave: Formação nacional, superexploração, força de trabalho, Brasil.

ABSTRACT: This article is based on the assumption that, more than an automatic response to the drainage of surpluses abroad, the "super-exploitation" of labor is the result, on one hand, of the patterns of external domination to which the periphery is subjected and their transformations over time. On the other hand, it is shaped by the way national formation unfolds in relation to this, more specifically, the particularities of the development of peripheral capitalism, the constitution of social classes, the labor market, and the dynamics of class struggle in the country. The objective of the proposed discussion is to grasp, taking into account the relationship outlined above, the roots of the super-exploitation of labor in Brazil.

Key-Words: National formation, super-exploitation, workforce; Brazil.

INTRODUÇÃO

Quando se fala em superexploração do trabalho, o mais comum é que os estudiosos da área se remetam diretamente à Ruy Mauro Marini e outros autores da Teoria Marxista da Dependência (TMD), em virtude da contribuição que essa escola deu sobre a temática a partir dos anos 1970, ao

¹ Professor Associado junto ao Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Membro do Grupo de Estudos em Desenvolvimento Econômico Brasileiro (GEDEB). Autorizo a reprodução e divulgação do conteúdo do presente artigo, desde que feito o devido referenciamento. Contato: thiago.mandarino@ufvjm.edu.br.



abordar a especificidade da dinâmica dos capitalismos dependentes, como o Brasil, a partir da interpretação de Marx.

A categoria superexploração da força de trabalho² estaria, então, umbilicalmente ligada à dependência, e à reação das burguesias nativas para compensar a drenagem de valores para fora do país, através de três expedientes principais: aumento da intensidade do trabalho, prolongamento das jornadas de trabalho e sub-remuneração dos trabalhadores.

Para Marini, a dependência (subordinação de nações formalmente independentes) e as economias dependentes são parte das próprias leis gerais de acumulação do capital em escala global, e não uma particularidade que se desenvolve em paralelo dessas relações mundiais³. Por esta razão é que, para o autor, a supressão da dependência perpassa o fim do próprio modo de produção capitalista nesses países. E essa relação de submissão permite que os capitalismos centrais se valham, através do intercâmbio desigual, de uma parte dos valores produzidos naquelas economias dependentes. Nestas últimas, a compensação dessas perdas não se daria pelo aumento da produtividade técnica do trabalho, mas pela superexploração. Em suma, a superexploração e a dependência se reforçam e se explicam mutuamente. A superexploração – tendência do capitalismo em si – se manifesta como algo imanente à reprodução do capitalismo em países dependentes, como o Brasil, com rebatimentos positivos para os lucros das potências imperialistas.

Mesmo entre autores que se debruçam sobre a obra de Marx há algumas divergências. No debate travado entre Corrêa e Carcanholo (2016) e Nascimento, Dillenburg e Sobral (2015, 2016) vê-se que, enquanto os primeiros coadunam com a TMD, os últimos defendem que no Livro I de *O Capital*, de Marx, já há uma teoria da superexploração da força de trabalho, ainda que não assim batizada, como desdobramento dialético da própria exploração. O artigo almeja incluir mais um ponto de debate: a necessidade de se considerar a especificidade da formação nacional (destacadamente a

² “O que aparece claramente, portanto, é que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio de uma maior exploração do trabalhador. (Marini, 2007, p. 148).

³ Cabe realçar que Celso Furtado e a CEPAL não enxergam desenvolvimento e subdesenvolvimento de forma dual. Ainda que Furtado nutra, até certo momento – mais especificamente os anos 1960 –, maiores expectativas quanto à possibilidade da construção de um país que proceda à formação nacional, ele deixa claro como centro e periferia estabelecem relações que exercem influência um sobre o outro, seja ao tratar das transnacionais, seja ao tratar dos impactos do mimetismo cultural e modernização dos padrões de consumo sobre a economia e sociedade brasileiras. Ver Jurgenfeld (2018).



escravidão no caso brasileiro) como elemento fundamental para a compreensão das raízes e da dinâmica forma de exploração da classe trabalhadora, levando em conta que:

1- Não existe um padrão uniforme de desenvolvimento capitalista. O desenvolvimento desigual e combinado⁴ faz com que a expansão e reprodução do capitalismo a partir do centro imponha um dinamismo com tendência a acirrar e reproduzir a dependência externa - signo oriundo do estatuto colonial - e a desigualdade interna – que deita raízes no passado escravocrata, consolidando no país uma forma peculiar de capitalismo: dependente e subdesenvolvido;

2- Não é possível apreender a realidade nacional encarando-a como reflexo passivo diante de determinações externas. A despeito da reprodução do capitalismo dependente responder a contingências que o estimulam de fora para dentro, só é compreensível se reconhecido que tal reprodução também se dá de dentro para fora, através dos homens, das classes e da luta de classes, isto é, de sua formação e dinâmica.

Para tanto recorre-se, inicialmente, a alguns pontos contidos em Marx que permitem levantar questionamentos que denotam a relevância de se pensar a especificidade da formação nacional para a compreensão da superexploração. Posteriormente, recorre-se à Florestan Fernandes para alinhavar tais questionamentos à essa especificidade em si⁵.

REFLEXÕES E QUESTIONAMENTOS A PARTIR DE MARX

4 A teoria do desenvolvimento desigual e combinado, elaborada por Leon Trotsky, é essencial para a compreensão do capitalismo na fase imperialista. “A lei racional da história não tem nada de comum com os esquemas pedantes. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, manifesta-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob a força das necessidades exteriores, a vida retardatária é obrigada a avançar por saltos. Desta lei universal de desigualdade dos ritmos decorre uma outra lei que, falta de denominação mais apropriada, pode-se chamar lei do desenvolvimento combinado, no sentido da reaproximação das diversas etapas, da combinação de fases distintas, da amalgama de formas arcaicas com as mais modernas. Na falta desta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conteúdo material, é impossível compreender a história da Rússia, como, em geral, de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha” (Trotsky, 1977, p. 25).

5 Fernandes (2008, primeira edição em 1968), fala sobre superexploração ao analisar a particularidade do regime de classes no Brasil, de caráter quase estamental, e como isso se liga ao passado colonial e escravocrata, e à existência de um setor arcaico essencial ao capitalismo dependente. Em obras posteriores, o autor também usa o termo para se referir ao uso dos fatores produtivos abundantes segundo a linha de maior extração possível, como a força de trabalho e os recursos naturais. Cabe realçar que a obra que traz as reflexões de Marini (2000) sobre superexploração, tem sua primeira edição publicada em 1973.



Ao falar em superexploração, naturalmente se pensa em exploração em excesso, ou melhor, além do que seria ou deveria ser o mais usual. Neste caso, a superexploração implicaria numa reprodução atrofiada da mercadoria força de trabalho, isto é, uma violação da lei do valor que levaria ao encurtamento do tempo de vida “normal” do trabalhador.

O valor da força de trabalho, como o e toda outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto também reprodução, desse artigo específico. Enquanto valor, a própria força de trabalho representa apenas determinado quantum de trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho só existe como disposição do indivíduo vivo. Sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. [...] o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor [...]. A soma dos meios de subsistência deve, pois, ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como indivíduo trabalhador em seu estado de vida normal [...] Em antítese a outras mercadorias a determinação do valor da força de trabalho contém, por conseguinte, um elemento histórico e moral. No entanto, para determinado país, em determinado período, o âmbito médio dos meios de subsistência básicos é dado (Marx, 1996a, 288-289).

Pelo exposto depreende-se que a força de trabalho, além de ser mercadoria especial pela capacidade de produzir valor enquanto é consumida, tem também seu próprio valor determinado por um elemento histórico e moral, para dado país em cada período. Assim, um primeiro questionamento é: a partir de que ponto é possível falar em superexploração? Ou seja, se há um determinante moral, natural e cultural, qual a linha que distingue superexploração de exploração? Aqui, vê-se a relevância de pensar a escravidão e seu papel histórico na constituição das classes sociais e do regime de classes no Brasil.

Ademais, a remuneração da força de trabalho tem um outro determinante ativo, que é a população trabalhadora excedente, ou superpopulação:

[...] um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional (Marx, 1996b, 263).

Isso é algo que não ocorre na “infância” do capitalismo, onde a composição do capital se alterava lentamente. Há uma relação direta entre acumulação de capital (com crescente composição orgânica) e aumento relativo do exército industrial de reserva atuando como regulador dos salários⁶

6 “Grosso modo, os movimentos gerais do salário são exclusivamente regulados pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que correspondem à mudança periódica do ciclo industrial. Não são, portanto, determinados pelo movimento do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo acréscimo e decréscimo da dimensão relativa da superpopulação, pelo grau em que ela é ora absorvida, ora liberada.” (Marx, 1996b, 267).



Daqui depreende-se o segundo questionamento: se a superpopulação relativa é reguladora dos salários (e dos níveis de existência) dos trabalhadores, e se a variação dessa superpopulação guarda relação com o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, por que é exatamente nos países com mais baixa produtividade relativa do trabalho que impera a superexploração? E como isso é possível enquanto parâmetro normal de reprodução do capitalismo dependente, sem comprometer o papel exercido pela superpopulação relativa? Neste ponto, ganha relevo o papel dos liames de dependência para a estruturação de uma economia que repousa sobre setores arcaicos ou coloniais, e como a tais setores se liga um regime de trabalho marcado pela superexploração. São tais questionamentos que Florestan Fernandes ajuda a elucidar.

PADRÃO DE DOMINAÇÃO EXTERNA E FORMAÇÃO NACIONAL: ELEMENTOS PARA PENSAR A SUPEREXPLORAÇÃO

Mesmo sem dialogar diretamente com os autores da TMD, Florestan Fernandes tem uma longa e profícua trajetória intelectual, o que permite ao autor abordar o tema do capitalismo dependente ao pensar o Brasil, inclusive antes de despontar a TMD. A despeito de não fazer parte do grupo da TMD, Florestan Fernandes desenvolve análises que vão ao encontro de Marini⁷ (ou vice-versa?):

[...] acredito que os autores em questão entram em concordância em três aspectos gerais: a) criticam o modelo explicativo que busca superar o subdesenvolvimento através do controle nacional das atividades produtivas que, supostamente, poderia levar a um desenvolvimento “voltado para dentro”; b) mostram a natureza impotente das burguesias locais, transformando-as em “burguesias dependentes” que por sua formação não estão aptas a liderarem uma revolução democrático-burguesa, mas sim se encontram alinhadas aos interesses imperialistas; c) colocam o socialismo como a única alternativa política capaz de superar o subdesenvolvimento, rompendo com as amarras da dependência, orquestrada pelos países capitalistas centrais (Silva, 2020, p. 93-94).

No entanto, a nosso ver, Fernandes dá um passo adiante, teoricamente, ao trazer à baila a problemática da formação nacional como meio de compreensão do capitalismo dependente.

⁷ Ou seria o contrário? Pela leitura dos autores é difícil saber se houve, por qualquer uma das partes, a incorporação das teses um do outro. Cabe lembrar, porém, que Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento, de Florestan Fernandes, é publicado pela primeira vez em 1968. Nessa obra, o autor já trata do capitalismo dependente.



Realçando a relevância da continuidade, no presente, de estruturas econômicas e sociais que remontam ao período colonial e ao escravismo, ele acaba dando maior historicidade à interpretação da dependência, bem como, permitindo uma apreensão da particularidade do regime e da luta de classes no Brasil, sem o que prospectar mudanças societárias acaba por cair no vazio.

Os padrões de dominação externa, concomitantemente ao peculiar processo de formação nacional, marcam a constituição de um país em que a altos níveis de exploração da força de trabalho e a segregação social (articulada com a segregação racial) se impõem como regra, ressignificando e reiterando os liames de dependência e os elevados graus de desigualdade social interna.

Primeiramente, o padrão de dominação colonial permite que se combine a expansão do comércio europeu (movimento de acumulação primitiva de capitais) com a escravidão no Brasil. “[...] Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era, que se convencionou com razão chamar ‘era dos descobrimentos’, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu” (Prado Jr., 1977, p. 22).

A própria utilização do regime de trabalho escravo no Brasil obedece a essa mesma lógica de acumulação.

Em termos da apropriação do homem pela violência, a “escravidão moderna apresentava muitos pontos de contato e de semelhança com a “escravidão antiga”. No entanto, a escravidão moderna é, em sua essência, uma escravidão mercantil: não só o escravo constitui uma mercadoria, é a principal mercadoria de uma vasta rede de negócios (que vai da captura e do tráfico, ao mercado de escravos e à forma de trabalho) a qual conta durante muito tempo, como um negro ou a mola mestra da acumulação do capital mercantil (Fernandes, 1977, p. 15).

A colonização aparece então como desdobramento da expansão puramente comercial, em que se passava da comercialização de bens produzidos nas sociedades estabelecidas para a produção de mercadorias e montagem de uma sociedade nova. Ultrapassava-se a circulação de mercadorias e promovia-se a implementação de economias complementares, que tinham no exclusivo metropolitano e no tráfico de escravos as engrenagens fundamentais de acumulação de capitais mercantis na Metrópole (Novais, 1995).

É, portanto, fruto da própria expansão capitalista em sua fase mercantil e do padrão de dominação colonialista⁸, orientando para interesses alheios o sentido da formação nacional (Prado Jr.,

⁸ “O sistema básico de colonização e de dominação externas, experimentado por quase todas as nações latino-americanas durante pelo menos três séculos, foi construído de acordo com os requisitos econômicos, culturais e políticos do assim



1970). A ordem social oriunda deste padrão de dominação criou uma identidade de interesses entre a Coroa e os colonizadores que reforçavam seu poder pela exploração ilimitada da produção e da existência humana, com ampla restrição de acesso às estruturas internas de poder numa estratificação que mantinha nativos, africanos e mestiços em categorias de castas.

Com a Revolução Industrial e a mecanização da produção há a necessidade de generalização das relações mercantis em escala internacional, comprometendo o antigo sistema colonial e suas principais engrenagens: o estatuto colonial e o tráfico internacional de escravos (por consequência a escravidão) (Novais, 1995).

O período compreendido entre a abertura dos portos (1808) e a crise estrutural irreversível do sistema escravista (meados do século XIX), é entendido por Fernandes (1975), como de dominação externa neocolonialista⁹. Essa seria a primeira fase no desenvolvimento capitalista da sociedade brasileira. Ao novo padrão de dominação externa corresponde, internamente, a formação do Estado Nacional via ruptura do estatuto colonial e o início do processo de abolição da escravatura (ambos essenciais para a apreensão da formação das classes sociais no Brasil).

Fernandes (2006) atenta que as elites nativas não se contrapunham à estrutura da sociedade colonial em si, mas sim aos limites econômicos, sociais e políticos à plena capacidade de dominação delas em todos os níveis da ordem social impostos pelo estatuto colonial. A independência punha então, lado a lado, um elemento revolucionário (ansioso por despojar a ordem social colonial e seus caracteres heteronômicos) e um elemento conservador (querendo preservar uma ordem social que não tinha condições de fazer florescer uma nação).

Essa nova dimensão das relações econômicas e a internalização do fluxo de renda, ao liberar os móveis capitalistas de comportamento, leva à emergência gradual da política econômica como meio dos estamentos senhoriais adaptarem-se às transformações da ordem interna e das estruturas do

chamado ‘antigo sistema colonial’. Em termos jurídicos, a legitimidade de dominação tinha um duplo fundamento, legal e político” (Fernandes, 1975, p. 13).

9 Durante esse curto período “[...] A dominação externa tornou-se largamente indireta. [...] A monopolização dos mercados latino-americanos foi mais um produto do acaso que de imposição, pois as ex-colônias não possuíam os recursos necessários para produzir os bens importados e seus setores sociais dominantes tinham grande interesse na continuidade da exportação. De fato, os ‘produtores’ de bens primários podiam absorver pelo menos parte do quantum que antes lhes era tirado através do antigo padrão de exploração colonial, e suas ‘economias coloniais’ recebiam o primeiro impulso para a internalização de um mercado capitalista moderno” (Fernandes, 1975, p. 15).



poder externas. Isto é, a relação entre economia e Estado se converte em instrumento de dominação estamental no plano econômico (Fernandes, 2006, p. 230).

Aqui reside a anatomia de importantes frações da burguesia brasileira: o ventre mercantil com sua identidade pragmática e oportunista, bem como, as instituições inerentes ao terreno político estabelecendo os alicerces para seu domínio, com a utilização do Estado para fins particulares como “imperativo histórico”, já que a economia do país não possibilitava alterações estruturais súbitas sem incorrer em regressão econômica fatal.

Internamente, revitalizando a grande lavoura ao mesmo tempo em que dinamicamente criava tendências de diferenciação e crescimento da economia, o fim do estatuto colonial colabora para a crise irreversível do regime de trabalho escravo. O trabalho disciplinado era visto como a forma mais degradada de existência. A desagregação do trabalho escravo e constituição do mercado de trabalho assalariado se dá sem levar em conta as necessidades do grosso da classe trabalhadora, especialmente dos negros, e sua integração na nova ordem social, transmutando a segregação racial em segregação social.

É por essa razão que no Brasil enlaçam-se classe e raça quando se trata do tema de formação do mercado de trabalho assalariado. Os padrões assimétricos que marcam as relações sociais vão sendo incorporados ao regime de classes, deformando-o de forma a permitir que categorias como casta, estamento e classe possam ser utilizados para tratar da estrutura social no Brasil¹⁰. Com a reorganização da economia mundial em virtude da Revolução Industrial, o capitalismo europeu articula-se em novas bases com as economias periféricas. Assim, a partir de finais do século XIX inaugura-se um novo padrão de dominação externa: a imperialista.

[...] As influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não apenas através de mecanismos indiretos do mercado mundial, mas também através da incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e desenvolvimento sociocultural. Assim, a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como realidade histórica na América Latina. [...] Em síntese, as economias dependentes foram transformadas em

10 “[...] seria lamentável se ignorássemos como as determinações de raças se inseriram e afetaram as determinações de classe. [...] O que desapareceu historicamente – o ‘mundo colonial’ – subsiste institucional e funcionalmente, ainda que de forma variável e desigual, conforme os níveis de desorganização da vida humana que se considerem. Ele vive, pois, em quase tudo que é essencial para o capitalismo dependente: na posse da terra, na organização da agricultura, na autocracia dos poderosos, na espoliação sistemática e marginalização dos pobres, no particularismo e no farisaísmo das elites, na apatia ou na confusão das massas oprimidas e, principalmente, nos padrões de relações étnicas e raciais” (Fernandes, 2007, p. 289).



mercadoria, negociáveis à distância, sob condições seguras e ultralucrativas (Fernandes, 1975, p. 16-17).

Internamente, a fase inaugurada por esse novo padrão de dominação corresponde à emergência e expansão do capitalismo competitivo, segunda fase do desenvolvimento capitalista no Brasil. A partir do último quartel do século XIX o mercado nacional transfigura-se por completo, operando cada vez mais como agente de intensificação da vida econômica e impulsionador da industrialização.

Mesmo diante dessas transformações no que tange à estrutura produtiva, redefinem-se e fortalecem-se os laços de dependência, tornando impossível o desenvolvimento capitalista autônomo e autossustentado. Isso porque na medida em que a tendência externa ia na direção de aumentar a eficácia dos controles econômicos via empresas e interesses privados, internamente se ignorava as consequências desses controles. Dessa forma, a industrialização e o desenvolvimento capitalista nesse momento davam-se pela adaptação e absorção positiva das pressões impostas pelas economias hegemônicas, levando à associação com interesses e firmas estrangeiras e reduzindo os mecanismos internos de autocontrole e defesa, além de funcionalizar a coexistência entre o setor arcaico e o moderno.

Sob esse novo padrão de dominação externa, percebe-se que momentos chave de avanço rumo à superação de uma economia colonial e constituição de uma economia nacional – autônoma e mais democrática –, como a independência, a abolição da escravatura e o desenvolvimento de forças produtivas tipicamente capitalista, são embargados, distorcidos e ressignificados. O desenvolvimento do capitalismo brasileiro passa a combinar-se com dependência externa, segregação interna (social e racial) e superexploração da força de trabalho.

Tais problemas ganham contornos ainda mais nítidos conforme o imperialismo se desenvolve, destacadamente a partir de meados dos anos 1950. Fernandes (1975) trata esse momento como um novo padrão de dominação externa, denominado imperialismo total e marcado pela expansão das transnacionais e a dominância a partir de dentro das periferias, tendo como correspondência a irrupção do capitalismo monopolista o Brasil.

O traço específico do imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os



expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional etc. (Fernandes, 1975, p. 18).

A partir de meados dos anos 50 do século XX, a expansão dos Investimentos Diretos Estrangeiros por parte das Empresas Transnacionais dos centros do capitalismo e a internalização dos mercados internos dos países periféricos, foram tornando cada vez mais explícita a dificuldade destes últimos em conciliar capitalismo, democracia e autonomia nacional. Ou seja, o desenvolvimentismo enquanto “[...] ideologia burguesa como utopia — expressão trágica de uma vontade política que não tinha condições históricas para se concretizar [...]” (Sampaio Jr., 2012, 673) evidencia a contradição entre o ideal e o possível¹¹ para as economias subdesenvolvidas.

Percebe-se aqui que os mecanismos de acumulação primitiva, como a profunda segregação social, a depredação do meio ambiente e a dualidade estrutural são inerentes ao capitalismo dependente. Mas não como resposta autômata aos impulsos do centro, e sim reproduzindo as contradições da relação de dependência e subordinação graças às especificidades da formação nacional e da relação de classes estabelecida internamente. A dominação externa produz uma especialização geral da nação como fonte de excedente econômico e acumulação de capital para as nações avançadas e para a manutenção dos privilégios da burguesia interna, ensejando: concentração de renda e prestígio nos estratos estratégicos à dominação externa, coexistência necessária e interdependente de estruturas econômicas, sociais e políticas de diferentes épocas históricas e exclusão de ampla parcela da população nacional da ordem econômica (Fernandes, 1975, p. 20).

A classe trabalhadora, que tem raízes na escravidão e num processo de constituição que possibilita ampla marginalização e segregação, acaba se convertendo na vasta gama de “não possuidores”¹² sujeitos às formas antediluvianas de sua força. Tendo como memória histórica de

11 “No plano de nossa análise, essa contradição transparece na consciência falsa do agente econômico, que se representa como um ‘construtor de impérios econômicos’, segundo as regras (na realidade, solapadas ou destruídas pelo capitalismo monopolista e pelo intervencionismo estatal) de um capitalismo avançado, autossuficiente e autônomo. Na verdade, não passa de um laborioso artífice (e sob vários aspectos de uma vítima) do antípoda desse capitalismo: o capitalismo diferenciado, porém subdesenvolvido e dependente, que exprime a espécie de êxito, conquistado na esfera econômica, pelos antigos povos coloniais que nasceram, biológica, cultural e historicamente, da ‘expansão do mundo ocidental’” (Fernandes, 2008, p. 28).

12 “Os ‘não possuidores de bens’ dividem-se em duas categorias, a saber: 1) os assalariados e os que estão em vias de proletarização ou se proletarizaram; e 2) os que estão imersos na economia de subsistência ou em estruturas arcaicas do sistema econômico, seja no campo, seja nas cidades. Este último conjunto compreende a parcela da população marginalizada, não se caracterizando enquanto um ‘exército industrial de reserva’, vez que composta por atores sociais que não possuem os requisitos exigidos pela ordem social competitiva” (Oliveira; Vazquez, 2010, p. 150).



padrão de existência o período escravocrata e como anseio diante do regime de classes vigente a proletarização, a segregação racial e social transformam rebaixam enormemente o valor “normal” da força de trabalho.

Eis aqui algo que parece escapar de outros autores: a raça como dinamismo coletivo relevante, algo que permite a unidade no diverso, síntese de radicalidades, essenciais para negar e transformar a ordem vigente. Conforme apontado acima, no Brasil raça e classe se fundem para compor distinções marcantes dentro da classe trabalhadora. E não por causa fortuita, mas como elemento do passado que se perpetua no presente para garantir a reprodução do capitalismo dependente e subdesenvolvido. Essa cisão abre a questão fundamental deste livro: a existência da parcela negra dos trabalhadores e os resquícios da escravidão como determinantes do padrão normal de existência, do valor da força de trabalho. Isso posto, a parcela branca dos trabalhadores, com maior acesso ao assalariamento, acaba por se colocar num patamar superior de existência, o que dificulta a união da classe e sua conversão em classe para si. Ao mesmo tempo, tende a converter a proletarização¹³ em aspiração (que raramente se concretiza) da população negra, e não ponto de partida normal do capitalismo aqui objetivado. Sem aderir a um identitarismo despojado da referência de classe, Fernandes (1989) é capaz de perceber que a questão racial e a reprodução do passado são capazes de dar unidade e direção à luta de classes.

[...] embora o trabalho seja uma mercadoria, onde há uma composição multirracial nem sempre os trabalhos iguais são mercadorias iguais [...]. Em sociedades de origem colonial há elementos de tensão que tornam algumas categorias de proletários mais radicais e revolucionários que outras [...]. Isso não quer dizer que todo o negro poderá ser um militante proletário mais firme e decidido que os demais. Quer dizer que a raça é uma formação social que não pode ser negligenciada na estratégia da luta de classes e de transformação dentro da ordem ou contra a ordem, que há um potencial revolucionário no negro que deve ser despertado e mobilizado. Uma coisa é jogar contra o capital o dinamismo negador de classe contra classe. Outra coisa é jogar contra ele todos os dinamismos revolucionários que fazem parte da situação global (Fernandes, 1989, p. 63-64).

13 “A afirmação da revolução burguesa no Brasil – com a reciclagem dos privilégios das classes dominantes e a afirmação da segregação social e racial como componente para o processo de crescimento – e as possibilidades de trabalho que se abria com a expansão capitalista no país era vista pelos despossuídos como a melhor forma de saírem da situação precarizada em que se encontravam. Por isso, a integração à ordem como saída possível da sua situação de anomia acabava ofuscando a necessidade de uma organização política que atendesse as necessidades dos despossuídos” (Motta, 2013, p. 127, grifos nossos).



A Abolição, ou melhor, a Segunda Abolição, feita pelos negros e para os negros, é uma necessidade que se atrasou historicamente e deve ser feita dentro do capitalismo, e contra ele, atualmente. Ao negro, resta a rebeldia ou a capitulação, democracia de fato ou pseudodemocracia (Fernandes, 1989).

Portanto, a revolução burguesa atrasada – cuja contraface é a contrarrevolução permanente –, impõe um padrão autocrático de dominação que cinge a sociedade em “possuidores” e “não possuidores” de bens, verdadeiros condenados do sistema. E esta cisão se liga à heterogeneidade estrutural – setor arcaico e moderno – e à heterogeneidade racial – brancos e negros, com impactos significativos sobre o regime de classes, que se caracteriza pela exclusão social, sobre a constituição dos atores sociais e sobre a luta de classes.

A divisão da sociedade em dois mundos antagônicos, separados por um abismo econômico, social, político e cultural, imprime à luta de classes uma dinâmica típica de “guerra étnica”. Fechando o espaço de entendimento entre as classes sociais, a burguesia é compelida a assumir uma atitude de extrema intolerância à utilização do conflito como meio legítimo de conquista de direitos sociais. A unificação monolítica das classes dominantes é perpetuada por um padrão de resolução dos conflitos intraburgueses que se baseia na conciliação pela composição dos interesses divergentes. A intolerância contra qualquer manifestação de rebeldia materializa-se num padrão de luta de classes cuja essência consiste em evitar a qualquer custo a emergência dos despossuídos como sujeitos políticos autônomos, esterilizando suas iniciativas seja pelo cooptação, seja pelo esmagamento de suas organizações sociais e políticas. Os que vivem do próprio trabalho devem ser mantidos em estado de anomia. A neutralização dos efeitos revolucionários do protesto social deixa a história a reboque de um único sujeito: a burguesia dependente (Sampaio Jr., 2020, n.p.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto percebe-se que há controvérsias ao tratar de superexploração da força de trabalho à luz de Marx. No artigo foram levantadas duas questões que denotam ser impossível tanto analisar o tema sem lidar de forma mais objetiva com as categorias marxianas, quanto pensar a superexploração, objetivamente, como resposta automática à relação de dependência.

De forma alguma, almeja-se aqui realizar apologias à forma pela qual a classe trabalhadora é explorada na periferia. Apenas chamar atenção para que, não se pode negar o peso da escravidão para a determinação do padrão “normal” de existência e reprodução do trabalhador brasileiro, já que



tal classe se vincula a um padrão moral e histórico de estigma e rebaixamento. E tal fato traz uma maior dificuldade para que a superexploração se desnude para a classe trabalhadora, uma vez que parcisos ganhos de direitos ou ínfimos aumentos no padrão de existência, mesmo mantendo-o extremamente rebaixado e implicando na reprodução atrofiada da força de trabalho, acabam por representar, na aparência, um salto qualitativo.

Além disso, também não se pode deixar de lado que a constituição do mercado de força de trabalho e a particularidade do capitalismo brasileiro, com grande peso na economia para o setor arcaico – de matriz colonial –, normalizam expedientes que precarizam as relações de trabalho de maneira ainda mais severa, mantendo o papel da superpopulação relativa mesmo em país caracterizado por baixa produtividade relativa.

Com o apoio de Florestan Fernandes, buscou-se vislumbrar a relação dialógica e histórica entre padrão de dominação externa e particularidades da formação nacional, para além de um impulso oriundo da drenagem de valores para o exterior. Mais do que respostas conclusivas, o que se pretendeu foi levantar pontos para reflexão na busca por ampliar o debate sobre superexploração do trabalho em território brasileiro.

A história e a constituição das economias latino-americanas é a história da colonização. A história e a constituição das classes sociais, bem como sua dinâmica de luta, neste continente, é a história da escravidão. Sem isso, há o abandono da perspectiva da formação nacional e uma dificuldade de se compreender, a fundo, as razões, consequências e possibilidades advindas da dependência e do subdesenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- CORRÊA, Hugo; CARCANHOLO, Marcelo. Uma teoria da superexploração da força de trabalho em Marx? Um Marx que nem ele mesmo tinha percebido. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 44, jun.-set. 2016.
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e luta de classes na América Latina**. 9. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975
- _____. **Círculo Fechado**: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: Hucitec, 1977.
- _____. **Significado do Protesto Negro**. São Paulo: Cortez, 1989.
- _____. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. São Paulo: Global, 2008.



JURGENFELD, Vanessa Follmann. **Teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado:** criatividade e contraposição a interpretações neoclássicas. 2018. 266 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) –Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência.** Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I, Tomo II. São Paulo: Nova Cultural, 1996a.

_____. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I, Tomo II. São Paulo: Nova Cultural, 1996b.

MOTTA, Daniele Cordeiro. As particularidades do regime de classes no Brasil segundo Florestan Fernandes. In: Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina, 5. **Anais** [...]. Londrina, 2013. p. 117-131.

NASCIMENTO, Carlos Alves do; DILLENNBURG, Fernando Frota; SOBRAL, Fábio Maia. O capital: um drama para ser lido, relido e....ouvido. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 44, jun.-set. 2016.

NASCIMENTO, Carlos Alves do; DILLENNBURG, Fernando Frota; SOBRAL, Fábio Maia. Teoria da exploração e da superexploração da força de trabalho em O capital (Livro I) de Marx. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 40, fev.-maio 2015.

NOVAIS, Fernando Antônio. **Brasil e Portugal na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808).** 6^a ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

OLIVEIRA, G. C; VAZQUEZ, D. A. Florestan Fernandes e o Capitalismo Dependente: elementos para a compreensão do Brasil. **Revista Oikos.** Rio de Janeiro, Volume 9, n. 1, 2010.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. A atualidade de Florestan Fernandes. **Contrapoder**, 2020. Disponível em: <https://contrapoder.net/colunas/a-atualidade-de-florestan-fernandes/>

_____. Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. In: **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n. 112, 2012.

SILVA, Itamá Winicius do Nascimento. Florestan Fernandes e a Teoria Marxista da Dependência: um debate sobre o capitalismo dependente. **Revista Perspectivas Sociais**, v. 06, n. 1, p. 78-97, 2020.

TROTSKY, Leon. **A História da Revolução Russa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.